

No primeiro mundo

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O déficit nominal nas contas públicas brasileiras, diferença entre receita e despesas, deverá fechar o ano em menos de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), que é o nível exigido dos países que fazem parte da União Européia. A previsão foi feita ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. “Essa redução é um avanço bastante significativo e espelha a diminuição da dívida pública. Ela ajuda na mudança

das expectativas econômicas em relação ao Brasil”, comemorou. O resultado nominal leva em conta todas as receitas e despesas do setor público, incluindo os gastos com o pagamento dos juros sobre a dívida.

No ano passado, o déficit nominal do setor público (União, estados, municípios e estatais) foi de 5,22% do PIB. A dívida pública também ficará abaixo do nível exigido dos países europeus, que é de 60% do PIB. A dívida foi de 58,7% do PIB em 2003 e deve fechar este ano abaixo de 55%, segundo a projeção de Levy. A que-

da nos dois indicadores se deve a um maior esforço fiscal do governo, que aumentou o arrocho nas contas para pagar uma parcela maior dos juros sobre a dívida. Neste ano, o governo elevou o superávit primário do setor público (economia no orçamento) de 4,25% do PIB para 4,5%, o equivalente a R\$ 79 bilhões.

O governo registrou um superávit primário de R\$ 1,759 bilhão em novembro e deve cumprir a meta fiscal acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste ano. O resultado acumulado até o mês passado foi de

R\$ 52,865 bilhões, superior à parcela do governo central no esforço fiscal, que é de R\$ 48 bilhões. Mas a folga obtida até agora vai ser necessária no final do ano porque, tradicionalmente, o pagamento do 13º salário e de férias do funcionalismo gera um déficit em dezembro. “Não tenho nenhuma dúvida de que vamos cumprir a meta sem nenhuma dificuldade”, garantiu Levy.

Acordo com FMI

Para isso, o déficit do último mês do ano não poderá ser maior do que R\$ 4,865 bilhões. O resultado

negativo de dezembro de 2003 foi de R\$ 5,958 bilhões. Faltando apenas pouco mais de uma semana para o fim do ano, Levy afirmou que o déficit deste mês permitirá o cumprimento do objetivo. O secretário afirmou que, levando em conta a situação atual, o governo não deve ampliar a meta de superávit do ano que vem para 4,5% do PIB como fez neste ano, mantendo-a em 4,25%. “Pelo que vejo hoje, não será necessário”, disse.

Para Levy, o governo não precisa se preocupar agora com a renovação do acordo com o Fundo,

que acaba em março. “Quanto mais tranquilidade tivermos, mais fácil será tomar a decisão”, disse. Segundo ele, a mudança que o governo está negociando com o FMI no cálculo do superávit, para liberar investimentos em infra-estrutura que tenham retorno garantido, não depende da renovação do acordo. “É uma mudança de abordagem que favorecerá vários países, não só o Brasil”. O governo quer investir R\$ 3 bilhões sem contar os gastos como despesas no cálculo fiscal. O FMI só deve decidir se aceita ou não em abril.

Rafael Neddermeyer/AE/31.8.04



LEVY, DO TESOUREIRO: “VAMOS CUMPRIR A META SEM NENHUMA DIFICULDADE”